

## A réplica no Pateo do Collegio: simulacro ou memória?

The replica at the Pateo do Collegio: simulacrum or memoir?

Ivan Fortunato\*

**Resumo:** Este artigo foi escrito com o propósito detalhar e analisar implicações para a memória paulistana e para o sentido coletivo de lugar, decorridas de um exaustivo processo de demolir, construir, demolir, reconstruir a edificação central do Pateo do Collegio, entre os anos 1890 e 1970. Ao detalhar as reconfigurações do Pateo do Collegio neste período, espera-se ressaltar que a construção de uma réplica do passado ratifica a necessidade da conservação do patrimônio para salvaguarda da memória coletiva.

Palavras-chave: Patrimônio. Centro Histórico de São Paulo. Réplica.

**Abstract:** This paper was written to detail and analyze the implications for São Paulo's city memoir and its collective sense of place, resulting from an exhaustive process made of demolishing, building, demolishing, rebuilding the central construction of the Pateo do Collegio, which took place between 1890 and 1970. By detailing these reconfigurations of the Pateo do Collegio it is expected to emphasize that the construction of a replica of the past confirms the need for heritage conservation to safeguard the collective memory.

Key-words: Heritage. São Paulo Historic Center. Place. Replica

### 1. Introdução

São Paulo está entre as raríssimas cidades do mundo que se podem ufanar de conhecer com exatidão o lugar, o modo, o dia e quasi a hora de sua origem: foi naquele “terreiro”, em 25 de janeiro de 1554, pela manhã, à hora da missa... (CASTRO, 1954, p.40).

Este artigo, que concentra achados de tese de doutoramento<sup>1</sup>, trata da história das transformações culturais a que foi submetido o “terreiro” de fundação de São Paulo, entre o final dos anos 1800 e o último quartil do século passado. O terreiro é o Pateo do Collegio (ora referido apenas como Pateo), situado no alto da colina histórica, no planalto de Piratininga, na cidade de São Paulo. Especificamente, esse lugar está no centro velho da capital paulista, na sua área urbana mais antiga, que data dos anos 1550. Essa área, formada pela Rua Direita, pela Rua São Bento e pela

---

\* Pós-doutorado em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro. Coordenador do Núcleo de Estudos Transdisciplinares: Ensino, Ciência, Cultura e Ambiente (NuTECCA). Editor da Revista Hipótese e coeditor da Revista Internacional de Formação de Professores e da Revista Brasileira de Iniciação Científica. Membro da Academia Itapetiningana de Letras, cadeira 27, e do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Itapetininga (IHGGI), cadeira 37. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCAr. campus Sorocaba. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais - UFABC. Professor em regime de dedicação exclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), câmpus de Itapetininga. ivanfrt@yahoo.com.br.

<sup>1</sup> Tese desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Geografia, da UNESP/Rio Claro, que somente foi concluída graças à dedicação e esforços de Lívia de Oliveira, orientadora, professora emérita.

Rua Boa Vista, leva o nome de Triângulo Histórico, justamente porque, do alto, seu traçado se assemelha a uma figura geométrica de três arestas.

A historiografia do lugar, desde o nascimento cultural da cidade de São Paulo, já foi detalhada em outros manuscritos (FORTUNATO, 2016a; 2015). Assim, este artigo emerge com o propósito detalhar e analisar implicações para a memória paulistana e para o sentido coletivo de lugar, decorrentes de um exaustivo processo de radicais transformações paisagísticas, no qual a edificação central do Pateo foi demolida e reconstruída duas vezes entre o final do século XIX e a segunda metade do século XX. Esse processo começou nos anos 1880, quando o conjunto colégio-igreja, construído em taipa de pilão pelos jesuítas no século XVI, foi demolido para dar lugar a ornamentado prédio de tijolos, sede do governo da luxuosa época que se inaugurava: a Metrópole do Café. O edifício passou a ser chamado de Palácio do Governo, construído e ladeado por projetos de Ramos de Azevedo – arquiteto responsável pelo Teatro Municipal, pela Pinacoteca e muitas outras obras de destaque em São Paulo.

No entanto, a cultura cafeeira entrou em declínio cerca de duas décadas após seu auge, abrindo espaço para a industrialização e a conseqüente urbanização. O Palácio do Governo, por sua vez, foi demolido a pedido da população, que uniu esforços para construir uma réplica do que era antes da chegada do tijolo. Assim, o processo de radicais alterações paisagísticas foi concluído em 1979, quando o prefeito da cidade inaugurou o Museu Anchieta, sediado no edifício principal do Pateo do Collegio, que é uma réplica da construção jesuíta que permaneceu no lugar por pouco mais de duzentos anos.

Esse processo foi nomeado como Três Cidades, no qual o Pateo do Collegio teria sido testemunha e guardião de cada uma delas: a Cidade de Taipa, a Metrópole do Café e a Cidade Industrial (FORTUNATO, 2016a). Sua edificação principal foi destruída e construída nos momentos de transição de uma cidade para outra, sendo tais mudanças finalizadas na inauguração da réplica. As fotografias da figura 01<sup>2</sup> representam, cronologicamente, (a) o edifício central do Pateo do Collegio, desde o conjunto colégio-igreja da Cidade de Taipa, reproduzido em aquarela, no ano de 1817, por Thomas Ender; passando pelo (b) Palácio do Governo da Metrópole do Café, fotografado e vertido em cartão postal por Guilherme Gaensly, no ano de 1902; até (c) a réplica construída na natividade da Cidade Industrial, capturada na fotografia do

---

<sup>2</sup> Essa mesma figura foi utilizada em artigo anterior (FORTUNATO, 2016a), mas é importante sua reprodução aqui, pois o propósito é outro. Enquanto no artigo pretérito o foco era a cidade ao redor do Pateo, neste o propósito é a discussão das mudanças no/do próprio Pateo.

autor deste artigo. Desde o ano de sua inauguração, a réplica é mantida como Museu e Igreja, ambos batizados em homenagem a José de Anchieta. Como reconhecimento a seus atributos históricos, culturais e paisagísticos, o poder público municipal realizou tombamento da área no ano de 2007.



Figura 01 (a, b e c) - Transformações no Pateo do Colégio.  
Fontes: a. e b. (LOMONACO, 2004); e c. Foto de Ivan Fortunato, mar/2011

Ao detalhar as reconfigurações do Pateo do Colégio nas transposições da Cidade de Taipa para Metrópole do Café para Cidade Industrial, espera-se ressaltar que a construção dessa réplica do passado ratifica a necessidade da conservação do patrimônio para salvaguarda da memória coletiva – elemento fundamental para o reconhecimento da cultura e identidade do tempo presente, mas também basilar para a busca de um futuro mais próspero<sup>3</sup>. Assim, mesmo que a cidade de São Paulo tenha se tornado imensa metrópole, seu terreiro de nascimento e batismo está preservado e disponível para toda população.

## 2. O Pateo do Colégio como réplica do passado

Onde estás meu seráfico Anchieta,  
erguendo com o barro de Piratininga,  
pelo milagre da tua persuasão,  
as paredes rasteiras do Colégio?  
(PICCHIA 2004, p. 23).

Melancolia, nostalgia... mas, sobretudo, contundente pergunta foi feita pelo poeta Menotti del Picchia quando procurava, em versos, compreender a cidade de São Paulo no primeiro quartil do século XX. Onde estariam Anchieta, o barro (taipa) e o colégio, derrubados pelo governo e pela elite paulistanos, senão na memória e nos

<sup>3</sup> Neste ponto, faz-se necessário recuperar Halbwachs (1990, p. 143) que, ao esclarecer o sentido e a importância da memória coletiva anotou que: “espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, umas às outras, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca”.

registros históricos? No local do histórico conjunto colégio-igreja onde Anchieta teria lecionado aos pequenos portugueses e índios, havia se edificado ornamentada construção de tijolos. Essa construção que foi erigida sobre ruínas e destroços jesuítas era o Palácio do Governo, que seria demolido pouco tempo depois de sua inauguração. Assim, na época em que a cidade celebrava 450 anos de história, uma réplica seu passado provinciano, colonial e sagrado, seria construída em respeito à memória da própria cidade, resguardando, ainda que imagetivamente, seu lugar de origem.

A construção dessa réplica, no Pateo do Collegio, é notório exemplo de como é possível tentar recuperar a identidade e memória coletiva do lugar, simbolizando e valorizando sua própria história e cultura. Ao retornar sua imagem ao tempo colonial, buscou-se reproduzir, de forma concreta, um lugar representativo para a própria cidade, nomeado de coração vivo paulistano, mas, que havia sido apagado de sua paisagem, e praticamente eliminado da memória (FORTUNATO, 2017). Assim, ao caminhar sobre o solo sagrado do Pateo do Collegio no século XXI, encontra-se o seráfico Anchieta, na forma de seu manto e seu fêmur, expostos em seu memorial anexo à nave central da igreja; a taipa de Piratininga, nos resquícios da parede histórica no átrio interior do Pateo; e o colégio, funcionando como museu jesuíta.

Essa réplica do passado foi inaugurada no ano de 1979, construída sobre o demolido Palácio do Governo, que havia sido edificado sobre o secular conjunto colégio-igreja dos jesuítas, abatido no final da década de 1890. Conforme já delineado em outro artigo (FORTUNATO, 2016a), o Palácio do Governo surgiu na área do Pateo do Collegio em um momento qualificado pelos historiadores como sendo de “súbitas transformações” na cidade de São Paulo quando, nas décadas de transição entre os séculos XIX e XX, a economia cresceria em decorrência de três aspectos fundamentais: a cafeicultura, a imigração e a ferrovia. De acordo com Matos (1995, p. 125), esses aspectos transformariam a “tristonha” Paulicéia no maior núcleo populoso e em uma das mais belas cidades do país, esboçando “perspectivas entusiasmantes” de que o século XX seria de grande progresso e prosperidade.

Culturalmente, a cidade assumia sua vocação cosmopolita e multicultural, pois a imigração a havia transformado em um cadinho étnico. A essência paulistana dessa época foi compreendida na descrição do viajante austríaco Ernst von Hesse-Warteg, mencionada por Pasquale Petrone (1995, p.135), na qual São Paulo não foi vista como uma cidade brasileira, mas, italiana, portuguesa, espanhola, alemã, árabe,

francesa, russa, japonesa, polonesa, turca, inglesa, escandinava, americana..., sendo que “o resto, provavelmente um terço do total, devia ser de brasileiros.”

Economicamente, a cidade enriquecida modernizava-se e urbanizava-se, incluindo, nessa mudança, a substituição da taipa pelo tijolo, e o conjunto colégio-igreja jesuíta, no Pateo do Collegio, convertido em Palácio do Governo. De acordo com Bruno (1991, p.1315), o Triângulo Histórico havia se tornado a sede do poder controlado pelo capital da cafeicultura, sendo um local “em que imperava uma forte aristocracia territorial; gente que tinha mais orgulho da fazenda que da cidade, e quando pensava em cidade situava essa cidade na Europa”. Não obstante, quando São Paulo tornou-se a Metrópole do Café e, radicalmente, viu as transformações da sua cultura e paisagem, não poderia imaginar que seu sustento principal – o café –, encontraria seu declínio de forma tão rápida e súbita quanto sua ascensão até o apogeu.

No entanto, como visto no estudo de Monbeig (1998) sobre os pioneiros e fazendeiros de São Paulo, dois acontecimentos prejudiciais aos rendimentos da economia cafeeira aconteceram quase que simultaneamente: a Primeira Grande Guerra, entre 1914 e 1918, que provocou o fechamento de mercados na Europa, diminuindo as demandas de exportação; e uma forte geada, em 1918, que destruiu grande parte da lavoura. Segundo o autor, a cafeicultura sofreria ainda mais com a notória crise econômica de 1929 e a queda do preço do café nas bolsas de valores no mundo, inviabilizando sua produção. Ainda, conforme Monbeig (1975, p.60) expressou em outra obra, esses eventos levaram grandes cafeicultores à falência e à destruição de sacas de café, para tentar controlar os preços. Segundo Morse (1970, p.17), a crise na lavoura cafeeira gerou um excedente de pessoas na zona rural, que “empurrava os seus habitantes para fora”, enquanto a vida urbana “os puxava com promessas reais ou ilusórias” de trabalho, conforto e bem-estar. Petrone (1995, p.130) também mencionou tais promessas, qualificando-as como uma “miragem”, na qual a cidade paulistana era vista como local de empregos e oportunidades.

Para Petrone (1995, p.127), a drástica diminuição dos mercados de café, ocasionada pela Guerra e pela crise econômica de 1929, repercutiu positivamente para a expansão do parque industrial na cidade, desenvolvendo-se ao longo da linha férrea, onde os terrenos eram mais baratos, já que não eram locais apropriados para construção de residências. Além de terrenos e transporte para o benefício da indústria, havia energia elétrica na cidade, mas, principalmente, a existência de um considerável mercado consumidor interno, e a facilidade de mão de obra imigrante e/ou daquela

oriunda da crise da cafeicultura. Segundo o autor, vivia-se um surto industrial que converteria a Metrópole do Café “na dinâmica e movimentada metrópole industrial de nossos dias”. Em outras palavras, a crise do café e a forte industrialização começaram a estabelecer um cenário de decadência da Metrópole do Café, levando São Paulo a uma nova transformação, a uma nova cidade que emergia a partir da área central, onde os ideais de luxo e paisagem europeias eram substituídos pelo poder da indústria e das instituições financeiras, que batalhavam, metaforicamente, para alcançar o céu.

Assim, embora destruído, reconfigurado e abandonado, o Pateo do Collegio, outrora núcleo aglutinador de São Paulo, presenciava a cidade se reinventando à sua volta, ao mesmo tempo em que lhe furtavam sua essência enquanto lugar de agremiação popular, política, cultural e sagrada. Nessas condições, o berço de São Paulo observava o crescimento territorial da cidade, vendo emergir novos bairros, de forma “fracionada” conforme Petrone (1995, p.141), separados um dos outros pela própria geografia das várzeas, colinas e do espigão central (atual Av. Paulista), mas, também, pela própria linha férrea. Contudo, esse fracionamento também era resultante das diversidades étnica e cultural que configuravam a população paulistana como uma cidade genuinamente cosmopolitana.

Se na época da Cidade de Taipa, o Pateo era o lugar central da política, dos negócios, do comércio, dos encontros etc., o crescimento vegetativo e da economia da cidade já não permitiam que um único lugar exercesse todas as funções culturais. Daí, foram surgindo os polos de concentração industrial, os locais de comércio, os bairros-jardins. Nessa época, o Pateo, que se vertia Palácio, seria logo descartado, ratificando a ideia de que o lugar dos jesuítas já não era mais representativo da Metrópole do Café. Contudo, ao buscar meios para a construção da réplica do passado, nota-se que o sentimento e as atitudes das pessoas que habitavam a cidade moderna e cosmopolita revelariam que, nessa época, o Pateo estava apenas adormecido. Porque mesmo substituído enquanto núcleo da cidade, foi lembrado, no ano de 1925, com a instalação do obelisco Glória Imortal aos Fundadores da Cidade – uma possível tentativa de compensar o remorso pela destruição do seu patrimônio secular.

Dessa forma, o Pateo do Collegio foi, metaforicamente, testemunhando os desdobramentos territoriais, populacionais, econômicos e culturais da cidade que crescia e se modificava à sua volta: o número de habitantes aumentando por conta da drástica queda dos empregos nas fazendas e da imigração estrangeira, o declínio da economia agrária e a ascensão da indústria, a conversão das construções

neoclássicas em edifícios verticalizados de uso misto, os novos bairros e a expansão territorial. Assim, aquela São Paulo referida como Metrópole do Café do primeiro quartil do século XX, tornava-se uma grande cidade multicultural, onde mesclavam-se etnias de todas as partes do mundo, de paisagem moderna e de economia governada não mais pela cafeicultura, mas pela produção industrial e os consequentes investimentos realizados pelas instituições financeiras. As palavras de Pasquale Petrone (1995) conseguem capturar a essência dessa moderna Cidade Industrial, que qualificava São Paulo desde o segundo quartil do século XX:

Todos os fatores citados, econômicos ou demográficos, palpitam bem vivos na capital paulista. Sentimo-los na potência de sua vida comercial, na quantidade e movimento de seus bancos, na fôrça de suas indústrias variadíssimas, no ininterrupto despejar de gente que se presencia nas estações ferroviárias e rodoviárias. Sentimo-los, finalmente, na própria massa da população urbana, em que se encontram, de mistura, tipos alourados, morenos, negros, amarelos ou mestiços, brasileiros de tôdas as regiões, homens vindos da Europa, da Asia e da América do Norte (PETRONE, 1995, p.159).

Conforme já demonstrado em outro artigo (FORTUNATO, 2016a), a primeira transformação da cidade alterou sua paisagem, tendo as modestas construções em taipa sido substituídas pelos palacetes e grandes edifícios de tijolos, rebuscados pelo estilo neoclássico. Assim, essa segunda transformação, de café para indústria, também trouxe mudanças para a paisagem urbana. Trata-se da verticalização, que começava a despontar na área central com a construção de imóveis de três ou quatro andares, nos anos 1920; até a edificação de arranha-céus com mais de 30 andares, na década de 1940.

Desse modo, a exemplo da época em que o tijolo substituiu a taipa, com a introdução das construções de arranha-céus, o neoclássico europeu ia, paulatinamente, sendo preterido pelos prédios em estrutura de cimento armado e de alto gabarito, de estilo norte-americano. Os altos edifícios tornavam-se o tipo de construção necessária para atender às necessidades dos escritórios, dos bancos, do comércio e das residências que se concentravam no centro paulistano, já que possibilitavam o uso misto, ou seja, escritórios, comércio e residência em um único local. Na leitura de Bruno (1991, p.1327), os projetos do renomado arquiteto Ramos de Azevedo criados para ostentar a riqueza dos cafeicultores “foram ficando pequenos ao lado dos arranha-céus que passaram a representar [...] o tipo mais freqüente de edificação”. Um movimento inicialmente modesto, mas que tomaria proporções “vertiginosas” na década de 1960. A verticalização paulistana também inspirou os versos de Menotti del Picchia:

Lá do alto, o paulista, bandeirante das nuvens,  
mirou o prodígio da Cidade alucinada:  
uma casa de três andares  
pôs-se a crescer bruscamente  
como nos romances de Wells;  
outra apontou a cabeça arrelxada de caibros  
acima do viaduto do Chá;  
e começou a desabalada carreira  
do páreo do azul.  
O formidável arranha-céu com a cabeça nas nuvens  
abrigou no seu ventre de concreto  
o drama da nova civilização (PICCHIA, 2004, p.23).

Do Pateo do Collegio era possível assistir toda essa movimentação, denominada pelo poeta como “drama da nova civilização.” Isso porque, pertinho dali, ladeando o planalto de Piratininga, viu-se nascer e crescer o primogênito dos arranha-céus. Era o Edifício Martinelli que, no ano de 1934, quando completados seus imponentes 30 andares, se tornava o mais alto do país. No entanto, o Martinelli não pode ser considerado o “prodígio da cidade alucinada” mencionada no poema de del Picchia (2004), afinal, a construção ainda mantinha a característica da arquitetura italiana, que havia convertido a Cidade de Taipa em uma rebuscada cidade. Não obstante, uma década depois, o Martinelli seria superado em altura por outro prédio, ratificando a ideia tecida por Relph (1990, p. 150) de que “se alguma coisa numa paisagem urbana é alta ou larga, se tem uma presença imponente, se é atraente ou colorida, é, quase certeza, um produto empresarial”. Isso quer dizer que a busca pelas alturas foi a maneira encontrada para demonstrar que o domínio capitalista estava presente em uma cidade e, como São Paulo tornava-se industrial, moderna e centro financeiro, deveria, portanto, construir em direção às alturas.

Então, pouco tempo depois do Martinelli ser considerado o edifício mais alto do país, foi-se edificando ao seu lado, a poucos passos de distância, na Praça Antônio Prado, a insígnia da São Paulo vertical: o Edifício Altino Arantes, construído para sediar o Banco do Estado de São Paulo, o Banespa. Segundo Costa Neto (2004), esse banco teria fundamental importância na economia da cidade, na transição da cafeicultura para indústria:

Com a crise deflagrada de 1929 e com a realização do último empréstimo externo visando à valorização do café pelo Estado de São Paulo em 1930, ao Banespa coube superar as restrições impostas pelo retraimento dos negócios bancários e a crescente imobilização de seus ativos vinculados ao café (COSTA NETO, 2004, p.78).

Assim, no ano de 1947 foi inaugurada sua construção: um prédio semelhante ao *Empire State Building* de Nova Iorque, o mais alto do mundo na época. Considerando a altura como símbolo do poder capitalista e a importância do Banespa para a consolidação da Cidade Industrial, o edifício Altino Arantes também foi construído para ser o mais alto de São Paulo, pois, conforme publicação da revista *Acrópole* (1947, s.p.), “sua altura atingiu 161,22m com o que estabeleceu um record de altura na América do Sul”. Talvez poucos o reconheçam como Altino Arantes, já que o edifício construído para abrigar a sede do popular Banespa, tornou-se reconhecido como o Banespão. E mesmo que poucos saibam seu nome, é quase certo que os habitantes e visitantes da região central de São Paulo notem sua presença no alto da paisagem paulistana.

Dessa maneira, o Banespão tornou-se o principal ponto de referência para nova transformação da paisagem urbana de São Paulo: sua posição central e sua estatura, que permitia ser visto de longe, demonstrava claramente que a cidade não era mais a pacata vila colonial, nem a pomposa cidade à moda europeia da época do café, mas a cidade vertical da estrutura capitalista, transformando o centro cafeeiro decadente em um centro financeiro e de negócios. Para esclarecer esse novo contexto vivido na cidade de São Paulo, modificado pela indústria, pela presença de imigrantes de toda parte do mundo e pela verticalização de sua paisagem, Pasquale Petrone (1995, p.155) afirmou que no Triângulo Histórico, de ruas estreitas e prédios altos, a vida “pulsava” em um ritmo muito mais acelerado do que em qualquer outra parte do país e, recuperando as palavras do viajante alemão Wolfgang Harnisch, escreveu: “aqueles que andam pelas ruas, que olham e gritam e vendem — sentem que alí está o centro de uma metrópole moderna, internacional de uma cidade de comércio e indústria”. E por meio de uma descrição um tanto poética, Petrone (1995) apresentou essa complexidade que envolvia as transformações e o crescimento da cidade São Paulo, afirmando que:

É a cidade dos muitos contrastes, com largas avenidas, de tráfego intenso, no meio de blocos compactos de arranha-céus, como também das ruelas tranquilas, emolduradas de prédios antigos, que fazem lembrar os tempos passados. É a cidade das ladeiras e dos viadutos, a “metrópole internacional”, a “cidade cosmopolita”, a “cidade de energia”, a “capital do progresso”, a “grande oficina”, e “capital industrial do Brasil”, a “capital de capital”, a “cidade dinâmica” e a “city of homes”, o grande centro cultural do país, a cidade que mais cresce no Mundo (PETRONE, 1995, p. 157).

E no coração do Triângulo Histórico estava o Pateo do Collegio, destituído de seus predicados de solo sagrado e núcleo político. O Pateo testemunhava essas

transformações que converteriam São Paulo em uma metrópole mundial, cosmopolitana, onde povos de todos os lugares do mundo conviveriam no ritmo acelerado de um local motivado pelo incessante trabalho capitalista da indústria, do comércio e do banco. Um Triângulo em que a arquitetura europeia de tijolos contrastava com a estrutura armada norte-americana. Um local em que a nostalgia, a valorização da memória coletiva e o sentido de lugar logo mobilizariam as pessoas, e essas emoções seriam concretizadas no lugar, por meio da construção da réplica de seu passado.

Com isso, foram encontradas referências sobre essa vontade coletiva em registros que datam do início da década de 1940, momento em que um grupo de alunos formados pelos jesuítas germinava a ideia de recuperar o que entendiam por solo sagrado da cidade. Cardim Filho (1975) esclarece:

Sob sua [Padre José de Anchieta] proteção foi lançada a “Campanha da Gratidão” para o restabelecimento da forma física do antigo colégio e igreja anexa, que os jesuítas construíram no Pátio do Colégio [...] Quem primeiro nos despertou o entusiasmo pelo Pátio do Colégio foi o grande amigo médico, profundo historiador do colonial brasileiro, professor José Mariano Filho... (CARDIM FILHO, 1975, p.83-84).

Segundo Cardim Filho (1965, p.34), José Mariano Filho havia dito ser “um ato da mais alta significação cultural a reconstituição integral da igreja dos jesuítas, e uma ala do antigo colégio, exatamente no sítio em que ela existia”, e que no dia 25 de janeiro 1954, a cidade mereceria uma missa solene nesse lugar reconstruído, em homenagem aos seus 450 anos. Difícil precisar e até mesmo esclarecer o movimento que a fala de Mariano Filho, proferida em 1941 no Rotary Club, desencadeou na cidade, mas houve adesão popular aos manifestos jesuítas que queriam recuperar, no próprio Pátio do Colégio, a imagem original do colégio e da igreja seiscentista, derrubada junto com a Cidade de Taipa, no final do século XIX.

Esse movimento ganharia força por meio de um abaixo assinado com quatro mil assinaturas de jesuítas, intelectuais, conservadores, pessoas influentes, populares etc. Esse abaixo assinado serviria de lastro para a criação de um coletivo, que foi batizado pelos seus organizadores de “Campanha de Gratidão aos Fundadores de São Paulo”, que se tornaria vetor de sensibilização do Poder Público. Segundo Lomonaco (2004, p.134), o propósito da Campanha era “recuperar o espaço jesuítico no Pátio do Colégio, visando reconstruir as edificações da Companhia de Jesus, com as características que apresentavam por ocasião da expulsão da Ordem em 1760”.

De fato, a Campanha surgiu em uma época importante para São Paulo que, às vésperas de seu quarto centenário, preparava uma grande festa, cheia de presentes para a própria cidade, tais como a majestosa Catedral da Sé e o Parque do Ibirapuera. Tal conjuntura levou a Câmara Municipal de São Paulo a promulgar a lei número 2.658 de 21 de janeiro de 1954, por meio da qual se devolvia o terreno do Pateo aos jesuítas que, em contrapartida, deveriam reconstruir o edifício demolido em 1896. De acordo com Salgado (1976, p.139), o texto da lei previa “um novo Colégio São Paulo e Igreja anexa tanto quanto possível nos limites das fundações iniciais”.

Desse modo, foi iniciado o processo de demolição do edifício do Palácio do Governo para, no mesmo lugar, ser erguida a réplica do colégio e da igreja dos jesuítas da época colonial. Essa decisão de replicar no presente uma reprodução do passado foi muito bem avaliada por intelectuais da época, a exemplo das palavras de Cardim Filho (1965), engenheiro responsável pela construção da réplica:

Poucas são as cidades, que conhecem, tão bem o local exato do seu nascimento histórico. Isso, em São Paulo depois de quatrocentos anos é bem determinado e dignamente restabelecido, com a reconstrução parcial e restauração da antiga torre, sobre os mesmos alicerces primitivos (CARDIM FILHO, 1965, p.34).

Na interpretação de Castro (1954), tal ação desencadeada pela Campanha e objetivada pelo governo, traduz o *amor* da cidade de São Paulo pelo seu lugar de nascimento, batismo e desenvolvimento:

Será um monumento perene de saudades, de gratidão de ufania... Será a história viva, para as gerações que se foram sucedendo, de quanto fizeram os que aqui viveram e labutaram... Será o amor da Pátria, que liga o passado com o presente, deleitando-se em sua origem, suas crônicas, ideais e realizações (CASTRO, 1954, p.41-42).

Essas ideias ressoam com as seguintes considerações de Leite:

O que naquele chão sagrado agora se vai implantando, completado pela reconstrução da Igreja, irá lembrar e restituir um tanto da fisionomia colonial daquele velho trecho da Cidade Anchieta, que os nossos primeiros republicanos não souberam respeitar (LEITE, 1975, p.76).

Campos (1975) também elogiou a ideia de reconstrução do patrimônio jesuíta no mesmo lugar de onde fora destruído, entendendo tal ato como uma forte possibilidade de religação com a memória paulistana, ao mesmo tempo em que se

tornava uma concreta insígnia de recordação e respeito aos que primeiro chegaram ao Planalto de Piratininga e fizeram do local um lugar perene de acolhimento:

Não importa o edifício que nele agora vai se erguendo, travestido de ingênua e pretenciosa imagem do passado, não seja mais a construção autêntica, de taipa pilada, dos tempos coloniais, pois tal qual a basílica de São Bento, o templo gótico da Sé, a Casa Grande do Morumbi, a edificação do Pátio restaura, de certa forma, dentro da precariedade dos meios que dispomos, o elo físico que entrelaça as nossas épocas históricas, preservando o cenário em que atuaram os nossos antepassados e trazendo até nós os tesouros espirituais desses recuados tempos paulistanos (CAMPOS, 1975, p.195).

Todavia, foram 25 anos entre a promulgação da lei que devolveu a área do Pateo aos jesuítas e a efetiva construção que iria restaurar “o elo físico” entre as épocas, trazendo de volta os “tesouros espirituais” enterrados no final do século XIX. Assim, apesar dessas citações exporem o sentimento de agradecimento ao projeto da Campanha, a reconstrução, aliás, a construção da réplica do passado teve que superar algumas adversidades, ora por contingências da grande cidade, ora por surgirem argumentações contrárias à obra.

A primeira dessas adversidades surgiu logo na época da demolição do prédio nomeado como Palácio do Governo, quando a derrubada do gracioso edifício teve que ser interrompida quando um aparente tesouro histórico emergia dos alicerces do Palácio. Tratava-se da descoberta de antiga parede de taipa de pilão, “resto de um glorioso passado histórico” conforme escreveu Cardim Filho (1965, p.33), que se tornaria símbolo do passado e seria devidamente conservada como relíquia. Essa parede é parte do acervo do Museu Anchieta, revestida e protegida por uma vitrine, podendo ser visitada no átrio interno do museu.

A pausa na demolição do Palácio foi somente um contratempo, que se verteria em um regalo ao lugar e à cidade. Segundo Salgado (1976, p.136), essa relíquia contém os “derradeiros vestígios de um passado longínquo, que sobravam no Pátio do Colégio, como espectros perdidos numa floresta de arranha-céus”. Para Donato (2008, p.247), os resquícios dessa parede descoberta se tornariam um símbolo concreto dos primeiros anos de São Paulo, como se a presença da antiga taipa fosse uma forma que o lugar havia encontrado para recusar-se “ao sepultamento no tempo e no entulho”.

Cardim Filho (1965, p.34) relata outro problema que a construção da réplica enfrentaria nesses anos de hiato entre a promulgação da lei e sua inauguração. Segundo o autor, decorridos dez anos, a parte do terreno onde seria erguida a igreja

ainda não tinha sido efetivamente transferida aos responsáveis pela obra, afirmando que “o Gôverno não compreendeu que é dever entregar a área destinada à Igreja, à Companhia de Jesus, assim completando as disposições da lei”. Problema sanado pela lei municipal 7.356 assinada em 1969, autorizando o poder executivo a ceder o terreno, e pelo decreto 11.241 de 1974, oficializando doação financeira para conclusão da obra. Assim, até 1974 somente as partes correspondentes às réplicas da ala do colégio e da torre tinham sido concluídas.

No ano em que o terreno para construção da réplica da igreja foi efetivamente cedido para as obras, Cardim Filho (1975) apresentou outra publicação, na qual recuperava todo o processo desse projeto, desde o discurso de Mariano Filho, passando pela consolidação da Companhia de Gratidão, até os esforços de sua equipe de arquitetos e engenheiros para reconstituir as plantas para execução das obras. Segundo o autor, esse solo tornou-se sagrado porque, além dos fatos marcantes da história de São Paulo, guardava restos mortais dos mais antigos habitantes da cidade. No entanto, a modernização dos transportes na metrópole seria outro empecilho para a réplica, já que a construção das estações Sé e São Bento e da linha férrea subterrânea aconteciam nas adjacências do Pateo, que precisou aguardar até que fosse seguro prosseguir com a edificação da igreja.

E entre o impasse administrativo a respeito do terreno da igreja, e as paralizações das obras por causa da relíquia em taipa de pilão encontrada no subsolo e pela construção do metrô, o projeto da réplica do passado seria colocado em xeque por questões políticas e ideológicas, explicadas por Lomonaco (2004). Segundo a autora, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), criado no ano de 1969, exerceria sua função de proteção ao patrimônio histórico pela primeira vez na cidade em 1971, ao tombar o sobrado nomeado como Solar da Marquesa, no entorno do Pateo do Collegio. No ano em que o terreno para edificação da igreja finalmente foi cedido, esse órgão iria suspender as obras da réplica, que aconteceriam na área de proteção envoltória do Solar, sob acusações de falsificação da paisagem. Essa polêmica criada pelo CONDEPHAAT, explica Lomonaco (2004, p.139), “terminou por decisão política do executivo municipal, em 1975, autorizando o reinício das obras”.

E mesmo com todas essas dificuldades e impasses enfrentados pelo projeto da Campanha de Gratidão aos Fundadores de São Paulo, a construção da réplica ficou pronta, e o complexo colégio-igreja dos jesuítas pôde ser oficialmente inaugurado pelo prefeito Olavo Setúbal como Museu e Igreja Anchieta, em primeiro de julho do ano de

1979. Registros fotográficos da construção da réplica foram publicados no livro de Geraldo Dutra de Moraes (1979, p.131-141).

Assim, pode-se considerar que, em 1979, o Pateo do Collegio *despertava* novamente, mas não somente porque sua paisagem foi recriada por meio de uma construção nova, que replicava uma das tantas que foram demolidas, construídas, reformadas, remodeladas, convertidas (FORTUNATO, 2017). O que despertou o Pateo foi a vontade da população de recuperar seu patrimônio, sua história e, principalmente, o sentido do lugar que havia sido retirado de lá, evidenciando o quão forte é sua essência enquanto lugar representativo da cidade paulistana.

Assim, quando novamente *acordou*, já não estava no meio de uma pacata vila, mas na área central da grande metrópole. Sob seu solo sagrado, circulava o metrô. Sobre a torre da igreja, vários e vários arranha-céus, tentando *alcançar* o Banespão. No seu entorno, as construções de Ramos de Azevedo que, de certa maneira, foram responsáveis pela demolição da construção de taipa. À sua frente, no centro do largo, o obelisco que havia reconhecido a força e importância do lugar. Já não era mais sede da política, do ensino ou da religião. Contudo, estava lá, *cuidando* do lugar onde a cidade nasceu, o “umbigo” de São Paulo, conforme conceituação de Lomonaco (2004, p.113), que define a réplica como “a preservação do próprio local de origem da cidade”.

### 3. A réplica como guardiã da memória

... os jesuítas são chamados de novo para ocupar o mesmo histórico sítio, onde, há quatrocentos anos fundaram a Casa de São Paulo e tão prodigiosamente cooperaram na implantação do povoado. Retoma-se a obra do primeiro século, e como nesse tempo heróico, unidos bandeirantes e jesuítas, olhos postos no futuro da cidade, procuram, esforçadamente, redescobrir os velhos caminhos, definir as diretrizes sociais dos novos tempos, cultuar os grandes vultos do passado bandeirante e dar continuidade histórica ao ciclo das gerações. E a presença dos jesuítas no Pátio do Colégio se assinala pelo reaparecimento da velha imagem da colina sagrada, onde outras marcas do passado paulista hão de ressurgir, do abandono, do olvido e da destruição (CAMPOS, 1975, p.197).

A essência da transformação do Pateo do Collegio, com a construção da réplica do passado na década de 1970, foi muito bem delineada pelas palavras reproduzidas na epígrafe. Se, por um lado, a réplica em estilo colonial não recupera a pequena vila de taipa, de outro, revela sua essência, tornando o lugar diferente da vida agitada e até de uma metafórica frieza da grande metrópole, restaurando a ideia de

vida pacata do paradigma lento. Em partes, essa essência diz respeito a um encantamento pelo lugar (cf. FORTUNATO, 2017) porque, embora espacialmente cercado pelas ilhas de calor da verticalização, pela metrópole de ritmo veloz, poluída pelos veículos e pelo excesso de sons nada harmoniosos, pelo canalizado e poluído rio Tamandateí, outrora piscoso e navegável, existe algo de mais brando e ameno no lugar. Com isso, ressalta-se que, no Pateo, é possível experimentar a sensação de um tempo mais vagaroso, quase estacionário.

Mas, no Pateo, algumas de suas “marcas do passado” são silenciosas. Não obstante, como parte essencial da secular história do lugar, essas marcas compõem sua essência. Trata-se da transição de taipa para tijolo, ou da feição colonial para o luxuoso Palácio do Governo, momento em que as funções sociais e religiosas do lugar foram diminuindo, tornando-se uma arena de disputas entre clero e estado, até a completa demolição da torre da igreja. Assim, quando *tomaram* o lugar e os jesuítas foram expulsos, parece que os religiosos levaram consigo aquele sentimento de afeto que foi contagiando toda atmosfera do Planalto de Piratininga, elevando seu espírito de lugar. Assim, desde o momento em que a construção jesuíta foi ocupada pela sede administrativa e residência do governo, o lugar tornou-se inerte, reduzido à sua forma mais pragmática, seja como um “nó” articulador de redes (comerciais, financeiras, políticas etc.), ou como local de circulação de pessoas, carros, ônibus, linhas de metrô, de especulação imobiliária, de investimentos em construções ou áreas verdes. Com isso, seus aspectos emocionais, afetivos e simbólicos foram reprimidos até a exaustão, possibilitando que sua reconfiguração fosse levada a cabo por questões meramente técnicas, mesmo às custas da cultura local e da memória coletiva paulistana. Ainda assim, há algo de poético em toda essa situação, conforme delineado por Bachelard (1993, p.29), ao afirmar que “quem tem um palácio sonha com uma choupana, quem tem uma choupana sonha com um palácio”.

Se, silenciosamente, o Pateo guarda toda essa questão histórica do conflito entre governo e clero a respeito do patrimônio construído em taipa, demolido na alvorada do século XIX, sua paisagem contemporânea conserva marcas concretas dessa época: as primeiras construções de Ramos de Azevedo na cidade de São Paulo, tornando-se lugar de memória daquele período nomeado como Metrópole do Café, quando o centro paulistano era o local do requinte, da diversão e dos negócios. Por isso, ao visitar o Pateo e encontrar essa convivência praticamente harmoniosa entre a réplica colonial e da arquitetura neoclássica, pode-se até experimentar a sensação de que o lugar jamais foi agredido, e que a cultura provinciana poderia

conviver com a elite que ocupava e transformava o Planalto de Piratininga. Reconhecer o lugar, identificando na paisagem os marcos que narram sua história pode ajudar na experiência (cf. FORTUNATO, 2016b).

Com isso, é possível contestar a acusação feita pelo CONDEPHAAT (1977) e atualizada por Bueno (2004, p.14), afirmando que “o atual Pátio do Colégio não passa de um simulacro”. Nessa assertiva, a crítica é feita como se a réplica do conjunto colégio-igreja do passado provinciano tivesse a pretensão de transformar o lugar em algo que ele não é. Mesmo a cidade tendo crescido exponencialmente à sua volta, e o Pateo prosperado, perecido e renascido nas mais diversas épocas e distintas funções sociais, econômicas e/ou políticas a ele atribuídas, o lugar retornou à sua identidade original de lugar de ensino, de fé e acolhimento. Assim sendo, impor ao Pateo os predicados de *falso* ou *fabricado* é ignorar seus desdobramentos históricos, seu envolvimento com a fé e a educação, com a política, cultura, economia, arquitetura, urbanização e crescimento da cidade de São Paulo.

Nesse sentido, longe de se tornar uma falsificação na paisagem do Triângulo Histórico paulistano, a reprodução da construção jesuíta foi a melhor forma encontrada pelos habitantes da cidade para manter viva sua memória e identidade. É como se essa réplica permitisse *imaginar* que esse reduto de memória já foi o centro de um pequeno burgo construído de barro, sobrevivendo da agricultura, vivendo do comércio local e assistindo à missa aos domingos, na pequena capela. A imagem colonial reproduzida no Pateo do Collegio, na verdade, tornou-se um lastro simbólico de um lugar geográfico, que permanece vivo em seus aspectos históricos, culturais e construídos. Portanto, tratá-lo como um simulacro é desconsiderar seus sentidos de lugar, e até mesmo desprezar a compreensão de que o Pateo pertence à cidade de São Paulo que, reciprocamente, pertence ao Pateo. Essa complexa relação entre lugar e cidade estabelece uma conexão concreta, ao mesmo tempo afetiva, do Pateo como um lugar na cidade de São Paulo.

Dessa maneira, pode-se considerar o Pateo do Collegio como um lugar que não apenas testemunhou, mas, foi parte das reescritas da própria área central da cidade paulistana. E na medida em que sua geografia, patrimônio e arquitetura guardam segredos e revelam detalhes dessas metamorfoses, o lugar torna-se ainda mais emblemático... Esse é o Pateo: berço, testemunha, abrigo e coração de São Paulo, um lugar marcado por três distintas fases culturais da própria vida paulistana: a taipa da vida provinciana, o neoclássico da elite e o arranha-céu do capitalismo. E desde o último quartil do século passado, tudo isso passou a conviver no lugar, que

pode ser considerado guardião e repositório da história da vertiginosa evolução de São Paulo que, em cerca de cem anos, de 1870 a 1970, elevou-se de uma cidadela de taipa, com 20 mil habitantes, a uma metrópole mundial com mais de seis milhões de habitantes; e logo sete, oito, vinte...

## Referências

ACRÓPOLE. Edifício-sede do Banco do Estado de São Paulo S. A. *Acrópole*, São Paulo, v.10, n.196, p.195-205, dez. 1947.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 142 p.

BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da Cidade de São Paulo*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1991. 1541p.

BUENO, Eduardo. Os nascimentos de São Paulo. In: BUENO, Eduardo. (Org). *Os nascimentos de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p.07-21.

CAMPOS, Vinicio Stein. Bandeirantes e Jesuítas. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano 37, v.187, p.195-197, 1975.

CARDIM FILHO, Carlos Alberto Gomes. Pátio do colégio. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano 37, v.187, p.83-97, 1975.

\_\_\_\_\_. O Pátio do colégio. *Revista do Ateneu Paulista de História*, São Paulo, ano 2, n.2, p.33-35, dez. 1965.

CASTRO, Fernando Pedreira. *O Pátio do colégio: resumo histórico e projeto de reconstrução: opúsculo de simples divulgação*. São Paulo: Reis, Cardoso, Batelho & Cia, 1954. 47 p.

CONDEPHAAT. 1977. *O sítio original de São Paulo: o Pátio do Colégio*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977. Publicação nº 1.

COSTA NETO, Yttrio Corrêa. 2004. *Bancos oficiais do Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004. 156 p.

DONATO, Hernani. *Pátio do Collegio: coração de São Paulo*. São Paulo: Loyola, 2008. 273 p.

FORTUNATO, Ivan. O largo Pátio do Collegio e o súbito encanto com o lugar. 2017. *Cadernos de Geografia*, Belo Horizonte, v.27, n.48, p.104-122, 2017.

\_\_\_\_\_. Patrimônio e Memória: o Pátio do Collegio como testemunho da urbanização da cidade de São Paulo. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p.81-100, 2016a.

\_\_\_\_\_. Geopoética no Centro Histórico de São Paulo. A quinta pausa do Pátio do Collegio, o Largo Pátio do Collegio. *Minha Cidade*, São Paulo, v.16, n.190.02, s/p, maio 2016b. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.190/6024>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Historicidade e geograficidade do Pateo do Collegio, coração do Centro Histórico de São Paulo. *Coletânea*, Rio de Janeiro, v.14, n.27, p.109-133, 2015.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990. 222 p.

LEITE, Aureliano. O Colégio dos jesuítas. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano 37, v.187, p.73-76, 1975.

LOMONACO, Maria Aparecida. O Pátio do colégio: um lugar de muitas memórias. In: BUENO, Eduardo (Org.) *Os nascimentos de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p.113-143.

MATOS, Odilon Nogueira. A cidade de São Paulo no século XIX. *Revista de História (USP)*, São Paulo, v.10, n.21-22, p.89-125, 1995.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. 2 ed. São Paulo: Hucitec-Polis, 1998.

\_\_\_\_\_. *O Brasil*. Trad. Hélio de Souza e Gisela Stock de Souza. 5 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975.

MORAES, Geraldo Dutra. *A igreja e o colégio dos jesuítas de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura do Município, 1979.

MORSE, Richard. *Formação histórica da São Paulo: de comunidade à metrópole*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. *Revista de História (USP)*, São Paulo, v.10, n.21-22, p.127-170, 1995.

PICCHIA, Menotti del. *Melhores poemas*. Seleção Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. Trad. Eduardo Marandola Jr. In: MARANDOLA Jr, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. (Org.) *Qual o espaço do lugar? geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Perspectiva, 2012. p.17-32.

----. *A paisagem urbana moderna*. Trad. Ana MacDonald de Carvalho. Lisboa: Edições 70, 1990.

SALGADO, Cesar. *Pátio do colégio: história de uma igreja e de uma escola*. São Paulo: Gráfica Municipal, 1976.

---

Data de recebimento: 29.11.2016

Data de aceite: 25.01.2017